



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, I – Lei Federal nº 14.133/21).

1.1. O presente objeto o Registro de preços para aquisição complementar de medicamentos para a farmácia municipal e para a Unidade Básica de Saúde “Paolina Pivetta Ferretti”, ambas pertencentes ao município de Cândido Rodrigues/SP, para suprimento da demanda contínua e regular conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste documento e em seus anexos.

1.2. A necessidade que originou esta demanda está associada ao aumento da demanda e da continuidade dos serviços de saúde oferecidos à população, além disso, não haviam informações suficientes dos exercícios 2023 e 2024 no início do ano para a realização de planejamento adequado. Dessa forma, faz-se necessária a realização de pregão complementar, com o objetivo de garantir o abastecimento regular da rede municipal de saúde e a eficiência dos atendimentos.

1.3. O sistema de registro de preços é o mecanismo mais adequado para este tipo de aquisição, considerando a diversidade e variação de consumo dos medicamentos. Assim, a adoção dessa modalidade permite maior eficiência administrativa, evitando a formação de estoques excessivos ou a falta de medicamentos, além de assegurar a racionalização dos gastos públicos e a agilidade nas futuras contratações.

1.4. Dessa forma, a necessidade de registro de preços para aquisição de medicamentos decorre da obrigação do Município de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

02. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, II – Lei Federal nº 14.133/21).

2.1. Considerando que, para o exercício de 2025, o Município de Cândido Rodrigues/SP não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente elaborado e publicado, a presente contratação é justificada pela necessidade previamente identificada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, estando em consonância com as diretrizes da Administração Municipal e com a dotação orçamentária prevista para a finalidade.

2.2. Assim, embora não contemplada em PCA, o objeto pretendido observa o interesse público, a compatibilidade orçamentária e os princípios da eficiência e economicidade.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III – Lei Federal nº 14.133/21).

3.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, administrativos e operacionais, indispensáveis à consecução do objeto:

3.1.1. Qualidade e conformidade dos produtos:

- a) Os medicamentos a serem adquiridos deverão ser devidamente registrados ou notificados na ANVISA, quando aplicável, e dentro do prazo de validade.
- b) Os produtos deverão obedecer às especificações técnicas mínimas constantes do Termo de Referência e demais anexos do edital, observando as normas sanitárias e de segurança vigentes.

3.1.2. Entrega e logística:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

a) A entrega dos medicamentos deverá ocorrer conforme as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, sem quantidade mínima exigida, com entrega em até **10 (dez) dias corridos** contados a partir da ordem de fornecimento, na Unidade Básica de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP, localizada na Rua Brasília, 250, centro, Cândido Rodrigues/SP, no horário compreendido entre **7h30 e 11h30 e 13h e 17h, de segunda a sexta-feira**.

b) O fornecimento deverá garantir embalagem adequada, transporte seguro e identificação clara dos produtos.

3.1.3. Regularidade e habilitação:

a) As empresas participantes deverão comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e sanitária, bem como a capacidade técnica para o fornecimento dos itens licitados.

b) Deverão possuir autorização de funcionamento expedida pela ANVISA, quando exigida pela natureza dos produtos.

3.1.4. Condições contratuais e de execução:

a) A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, nos termos do art. 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

b) Os preços registrados terão caráter estimativo, sendo o fornecimento realizado conforme necessidade e disponibilidade orçamentária do Município.

c) O contrato decorrente da Ata deverá observar as normas de gestão e fiscalização contratual, inclusive quanto ao recebimento, conferência e atesto dos medicamentos.

3.1.5. Sustentabilidade e economicidade:

a) Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos que apresentem menor impacto ambiental, com embalagens recicláveis e processos produtivos sustentáveis.

b) A contratação deve prezar pela economicidade, observando o preço de mercado e o custo-benefício técnico.

4. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, IV – Lei Federal nº 14.133/21).

4.1. A presente estimativa tem por objetivo dimensionar, de forma planejada e justificada, os itens e quantidades de equipamentos e materiais permanentes que poderão ser demandados pela Unidade Básica de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, fixado em 12 (doze) meses.

4.2. A definição das quantidades estimadas decorre de:

4.2.1. Levantamento de necessidade atual de aquisição de cada item;

4.2.2. Previsão de crescimento da demanda em função de fatores sazonais e populacionais.

4.3. A tabela a seguir contém os itens a serem incluídos no Registro de Preços:

ITEM	NOME	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACIDO VALPROICO 500MG	Comprimido	10.000	R\$ 1,17	R\$ 11.700,00
2	ATOMOXETINA 40MG	Comprimido	400	R\$ 4,23	R\$ 1.692,00
3	BUPROPIONA 150MG	Comprimido	15.000	R\$ 0,91	R\$ 13.650,00
4	CAFEINA30 MG + CARISOPRODOL 125 MG + DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + PARACETAMOL 300 MG COMP	Comprimido	4.000	R\$ 0,36	R\$ 1.440,00
5	CANABIDIOL 200MG/ML FRASCO 30ML	Frasco	14	R\$ 1.811,83	R\$ 25.365,62



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6	CANABIDIOL 43MG/ML FRASCO 30ML	Frasco	10	R\$ 678,33	R\$ 6.783,30
7	CANABIDIOL 50MG/ML FRASCO 30ML	Frasco	14	R\$ 645,87	R\$ 9.042,18
8	CARBAMAZEPINA 400 MG	Comprimido	3.000	R\$ 0,96	R\$ 2.880,00
9	CARBONATO DE CALCIO+COLECALCIFEROL 600+400UI	Comprimido	8.000	R\$ 0,08	R\$ 640,00
10	CARBONATO DE LITIO 300MG	Comprimido	15.000	R\$ 0,53	7.950,00
11	CARVEDIOL 12,5MG	Comprimido	3.000	R\$ 0,15	R\$ 450,00
12	CARVEDIOL 25MG	Comprimido	3.500	R\$ 0,18	R\$ 630,00
13	CARVEDIOL 3,125MG	Comprimido	3.000	R\$ 0,11	R\$ 330,00
14	CARVEDIOL 6,25MG	Comprimido	2.100	R\$ 0,17	R\$ 357,00
15	CLOPIDOGREL 75MG	Comprimido	3.000	R\$ 0,30	R\$ 900,00
16	DESGESTREL 0,075MG	Comprimido	1.000	R\$ 0,39	R\$ 390,00
17	DESVENLAFAXINA 100 MG	Comprimido	10.000	R\$ 2,97	R\$ 29.700,00
18	DEXTRANA + HIPROMELOSE 1+3MG SOL OFT FR 15ML	Frasco	100	R\$ 26,60	R\$ 2.660,00
19	DIOSMINA+HESPERIDINA 450+50MG	Comprimido	50.000	R\$ 0,56	R\$ 28.000,00
20	DOXAZOSINA 4 MG	Comprimido	10.000	R\$ 0,40	R\$ 4.000,00
21	ESCITALOPRAM 20 MG	Comprimido	15.000	R\$ 0,91	R\$ 13.650,00
22	GLICLAZIDA 30 MG	Comprimido	50.000	R\$ 0,24	R\$ 12.000,00
23	HIDRALAZINA 25 MG	Comprimido	6.000	R\$ 0,41	R\$ 2.460,00
24	IMIPRAMINA 25 MG	Comprimido	5.000	R\$ 0,59	R\$ 2.950,00
25	INSULINA GLARGINA 100UI SOL INJ 10ML	Frasco	10	R\$ 264,00	R\$ 2.640,00
26	LEVODOPA+BENSERASIDA 200/50MG	Comprimido	10.000	R\$ 1,47	R\$ 14.700,00
27	LEVODROPROPIZINA, 6MG/ML, XAROPE FR 120ML	Frasco	300	R\$ 43,26	R\$ 12.978,00
28	LEVOFLOXACINO 500 MG	Comprimido	1.500	R\$ 1,26	R\$ 1.890,00
29	LEVOTIROXINA 50MCG	Comprimido	40.000	R\$ 0,29	R\$ 11.600,00
30	MELOXICAM 15MG	Comprimido	4.000	R\$ 0,33	R\$ 1.320,00
31	NITROFURANTOINA 100MG	Comprimido	3.000	R\$ 0,51	R\$ 1.530,00
32	PERICIAZINA 40MG/ML 20ML	Frasco	10	R\$ 24,12	R\$ 241,20
33	PERINDOPRIL+INDAPAMIDA 5/1,25 MG	Comprimido	300	R\$ 2,84	R\$ 852,00
34	PREGABALINA 75 MG	Comprimido	30.000	R\$ 1,34	R\$ 40.200,00
35	PROPATILNITRATO 10 MG	Comprimido	1.000	R\$ 0,49	R\$ 490,00
36	RIVAROXABANA 15 MG	Comprimido	3.000	R\$ 1,58	R\$ 4.740,00
37	RIVAROXABANA 20 MG	Comprimido	5.000	R\$ 0,81	R\$ 4.050,00
38	TIAMINA 300 MG	Comprimido	2.000	R\$ 0,52	R\$ 1.040,00
39	VALSARTANA 160 MG	Comprimido	12.000	R\$ 0,91	R\$ 10.920,00
TOTAL GERAL →					0

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, V – Lei Federal nº 14.133/21).

5.1. O levantamento do preço de mercado foi feito em conjunto com o departamento de cotação da Prefeitura Municipal, com vistas a obter preço mais dentro dos parâmetros reais do mercado e, ainda, como providencia a evitar trabalhos em duplicidade, uma vez que se assim não tivéssemos procedido, empreenderíamos levantamento que depois seria descartado pelo departamento de cotações.

5.2. Assim, temos que os valores ora apresentados decorreram de tentativa junto ao “SISTEMA BANCO DE PREÇOS DE COMPRAS PÚBLICAS”, onde se encontrou o objeto compatível



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

com a presente demanda, cotações estas que deram base ao preço apresentado e que segue anexado a este Estudo Técnico Preliminar, devendo os mesmos serem utilizados para a elaboração do Termo de Referência.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, VI – Lei Federal nº 14.133/21).

6.1. A estimativa do valor da contratação, composta pelos preços unitários e totais, está relacionada de forma individualizada no quadro integrante deste ETP, destacando que a previsão do valor médio total da contratação é de R\$ 288.811,30 (duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e onze reais e trinta centavos).

6.2. O valor estimado servirá de referência para o procedimento licitatório, não representando limite obrigatório de gasto, uma vez que o sistema de registro de preços prevê contratações futuras e eventuais, conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária do Município.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII – Lei Federal nº 14.133/21).

7.1. A solução proposta compreende o conjunto integrado de medidas, recursos e procedimentos administrativos necessários para assegurar o atendimento pleno e contínuo das necessidades de fornecimento de medicamentos à Unidade Básica de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.2. A solução não se restringe à simples aquisição dos produtos, mas abrange todas as etapas e elementos acessórios indispensáveis à consecução do resultado pretendido pela Administração, de forma a garantir a sustentabilidade, regularidade e efetividade do atendimento à população.

7.3. Nesse contexto, a solução como um todo envolve:

7.3.1. Planejamento e gestão da demanda: Levantamento do consumo histórico e projeção de necessidades futuras da Unidade Básica de Saúde, de modo a dimensionar adequadamente os itens e quantidades a serem registrados, prevenindo desperdícios.

7.3.2. Procedimento de contratação: Realização de licitação na forma de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.518/2023, visando à seleção de fornecedores qualificados e à formação de Ata de Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses.

7.3.3. Fornecimento dos produtos: Entrega dos produtos de forma parcelada, conforme demanda, mediante ordens de fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, com responsabilidade do fornecedor pelo transporte, acondicionamento e garantia de qualidade dos materiais, devidamente registrados ou notificados na ANVISA ou outro órgão competente.

7.3.4. Infraestrutura e logística de armazenamento: A Administração deverá manter espaço físico adequado para recebimento, conferência, estocagem e controle dos medicamentos, observando as condições de temperatura, ventilação e higiene necessárias à conservação dos medicamentos.

7.3.5. Recursos humanos envolvidos: Envolvimento de servidores responsáveis pelo planejamento da compra, fiscalização contratual, controle de estoque e emissão de ordens de fornecimento, assegurando a correta execução contratual e a rastreabilidade dos itens adquiridos.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

7.3.6. Gestão e controle da execução contratual: Acompanhamento contínuo das entregas, verificação de conformidade dos produtos, registros de ocorrências, controle de prazos e emissão de atestos de recebimento, em observância ao art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.7. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos com menor impacto ambiental, com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, em consonância com o art. 25, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Assim, a solução como um todo compreende o planejamento, contratação, fornecimento, controle e gestão dos equipamentos e materiais permanentes, integrando aspectos técnicos, administrativos, operacionais e logísticos necessários para garantir a eficiência e a continuidade dos serviços públicos de saúde, plenamente alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Municipal.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, VIII – Lei Federal nº 14.133/21).

8.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 40, inciso V, alínea “b”, estabelece o parcelamento do objeto como regra, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso à Administração Pública, com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa. O §3º do mesmo artigo permite o não parcelamento em casos devidamente justificados, nos quais o fracionamento se revele impraticável, antieconômico ou contrário ao interesse público.

8.2. No presente caso, a solução adotada consiste na aquisição de medicamentos ao atendimento das necessidades da Unidade de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP.

8.3. Assim, o **parcelamento do objeto** mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, pois possibilita a participação de empresas especializadas. Essa divisão promove maior competitividade, amplia a possibilidade de obtenção de melhores preços e qualidade, e não compromete a gestão contratual, considerando o número controlável de itens a serem adquiridos.

8.4. Dessa forma, a **contratação será realizada de forma parcelada por itens**, em estrita observância ao disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando maior eficiência, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX – Lei Federal nº 14.133/21).

9.1. A presente contratação tem como resultado pretendido assegurar o fornecimento eficiente de medicamentos indispensáveis ao funcionamento da Unidade Básica de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP, de modo a garantir a manutenção da qualidade e da continuidade dos serviços públicos de saúde prestados à população.

9.2. Com a implementação da solução proposta — Registro de Preços para aquisição futura e eventual de equipamentos e materiais permanentes — espera-se alcançar os seguintes resultados concretos:

9.2.1. Garantia de abastecimento permanente: Manter a Unidade Básica de Saúde adequadamente suprida com medicamentos, prevenindo situações de desabastecimento que possam comprometer o atendimento à população.

9.2.2. Melhoria da eficiência administrativa: Possibilitar que as aquisições sejam realizadas de forma planejada, ágil e segura, mediante ordens de fornecimento emitidas



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

conforme a demanda real, reduzindo o tempo e os custos operacionais com processos repetitivos de compras emergenciais.

9.2.3. Otimização do gasto público: Permitir que o Município adquira apenas o necessário, conforme sua disponibilidade orçamentária e necessidade concreta, evitando formações de estoque excessivo e perdas financeiras.

9.2.4. Aprimoramento da gestão de estoques: Facilitar o controle e a reposição dos equipamentos e materiais permanentes de acordo com o consumo real, promovendo uma gestão mais racional e eficiente dos materiais de saúde.

9.2.5. Fomento à competitividade e à economicidade: Promover ampla participação de fornecedores, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte, por meio do parcelamento por item, garantindo melhores preços e condições de fornecimento à Administração.

9.2.6. Segurança sanitária e qualidade no atendimento: Assegurar que os produtos fornecidos sejam certificados pela ANVISA, com procedência e qualidade comprovadas, contribuindo diretamente para a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde.

9.2.7. Transparência e conformidade legal: Cumprir integralmente as normas da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da planejamento, publicidade, eficiência, isonomia e economicidade, fortalecendo a governança e a credibilidade das contratações públicas municipais.

9.3. Em síntese, o resultado esperado é a obtenção de medicamentos com qualidade, economicidade e regularidade, garantindo eficiência operacional e continuidade dos serviços de saúde pública, em estrita observância ao interesse público e à missão institucional do Município de Cândido Rodrigues/SP de oferecer atendimento digno, seguro e de qualidade à sua população.

9.4. Devemos destacar que caso haja saldo disponível nas Atas de Registro de Preços vigentes nº 15/2025 e 16/2025, e desde que o valor unitário do medicamento registrado nas referidas Atas sejam menores ou iguais ao valor previsto na nova Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal dará preferência à utilização da Ata anterior para a realização da compra, visando à economicidade e à otimização dos recursos públicos, bem como ao respeito de ajuste anterior.

10. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X – Lei Federal nº 14.133/21).

10.1. Para a adequada instrução, formalização e execução da presente contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas, conforme determina a Lei nº 14.133/2021 e os regulamentos aplicáveis:

10.1.1. **Elaboração e aprovação do Termo de Referência:** A área técnica responsável deverá concluir o Termo de Referência contendo as especificações detalhadas dos itens, incluindo a descrição mínima exigida, além dos critérios de recebimento e fiscalização.

10.1.2. **Reserva de dotação orçamentária:** A unidade orçamentária competente deverá emitir a reserva de dotação específica para garantir a cobertura financeira da contratação, conforme determina o art. 7º, §2º, da Lei nº 4.320/64 e art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.3. **Publicidade em meio oficial do Município:** Considerando que o Município de Cândido Rodrigues/SP possui população inferior a 20.000 habitantes, nos termos do art. 176, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não se exige a publicação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mas deverá ser efetuada as publicações na imprensa oficial, jornal de circulação regional e no site oficial do município, nos termos do art. 176, parágrafo único, da Lei 14.133/21.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

10.1.4. Elaboração do parecer jurídico prévio: A Procuradoria Jurídica do Município deverá emitir parecer quanto à legalidade da contratação à luz do art. 53, da Lei nº 14.133/2021, com análise dos documentos apresentados e da compatibilidade da proposta com o interesse público.

10.1.5. Verificação da regularidade da entidade contratada: Deverá ser verificado o atendimento dos requisitos de contratação, em especial a regularidade fiscal, trabalhista e cadastral, observando os requisitos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.6. Celebração do contrato administrativo: Após a aprovação jurídica e orçamentária, deverá ser formalizado contrato administrativo contendo cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, inclusive as que tratam de fiscalização, prazos, forma de pagamento, penalidades e rescisão.

10.1.7. Designação formal do fiscal do contrato: A autoridade competente deverá nomear formalmente o servidor responsável pela fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.8. Acompanhamento da execução e liquidação da despesa: A entrega dos itens deverá ser acompanhada e atestada pelo fiscal designado, sendo condição para o pagamento a verificação da conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

10.1.9. Arquivamento e controle do processo: Encerrada a contratação, o processo deverá ser devidamente arquivado com todos os documentos obrigatórios em ordem cronológica, para fins de controle interno, externo e prestação de contas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI – Lei Federal nº 14.133/21).

11.1. Há vinculação material (correlação de finalidade) com o Pregão Eletrônico nº 09/2025, cujo objeto contemplava o Registro de Preços para eventual aquisição e fornecimento de diversos medicamentos para a Farmácia Municipal e para a Unidade Básica de Saúde “Paolina Pivetta Ferretti”, ambas pertencentes ao município de Cândido Rodrigues, com Ata de Registro de Preços vigente até maio de 2026.

11.2. Contudo, não há dependência jurídica ou processual entre os certames, pois a presente demanda não decorre de alteração ou aditamento do processo anterior, mas sim da necessidade de nova contratação, tendo em vista que parte dos quantitativos registrados na Ata foram integralmente consumidos ou serão esgotados antes do prazo previsto, tornando-se insuficientes para atender às necessidades da Administração até o encerramento da vigência da referida Ata.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII – Lei Federal nº 14.133/21).

12.1. A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar — Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à Unidade Básica de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP — possui natureza essencialmente material, envolvendo o fornecimento de produtos de uso médico e hospitalar.

12.2. Por suas características, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da própria contratação, uma vez que se trata de aquisição de medicamentos utilizados nas rotinas assistenciais e de atendimento à saúde. Contudo, reconhece-se que o ciclo de vida dos medicamentos envolve etapas que podem gerar resíduos e embalagens descartáveis, as quais requerem atenção sob a ótica ambiental e sanitária.

12.3. Dessa forma, o Município deverá adotar práticas de gestão sustentável, observando os seguintes cuidados e diretrizes:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

12.3.1. Gestão adequada de resíduos de serviços de saúde (RSS): Os materiais utilizados e descartados deverão ser manejados conforme as normas da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da RDC ANVISA nº 222/2018, que tratam do gerenciamento dos resíduos provenientes de unidades de saúde, garantindo seu acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada.

12.3.2. Priorização de produtos sustentáveis: Sempre que possível, deverá ser dada preferência a produtos e fornecedores que apresentem menor impacto ambiental, especialmente aqueles com embalagens recicláveis ou biodegradáveis, em conformidade com o art. 25, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

12.3.3. Minimização de desperdício e controle de estoque: A gestão do consumo deverá observar critérios de planejamento, controle e racionalização, a fim de evitar desperdício de materiais e o descarte de insumos por vencimento de prazo de validade, reduzindo, assim, a geração de resíduos desnecessários.

12.3.4. Conscientização dos servidores e profissionais de saúde: A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter orientações permanentes quanto ao uso racional de medicamentos e descarte correto dos materiais, reforçando práticas ambientais responsáveis no âmbito das atividades da unidade.

12.4. Assim, a contratação em questão, embora de baixo potencial poluidor, será executada dentro de uma perspectiva de responsabilidade socioambiental, em observância aos princípios da sustentabilidade, eficiência e proteção ao meio ambiente, assegurando que os impactos ambientais decorrentes do uso e descarte dos produtos sejam minimizados e tratados conforme a legislação vigente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, §1º, XIII – Lei Federal nº 14.133/21).

13.1. Diante dos elementos apresentados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, econômica e jurídica da instituição de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, destinados ao atendimento das necessidades da Unidade Básica de Saúde do Município de Cândido Rodrigues/SP, pelo período de 12 (doze) meses.

13.2. A análise realizada demonstrou que a solução proposta atende plenamente à necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo o fornecimento de medicamentos essenciais à manutenção dos serviços públicos de saúde, de forma planejada, eficiente e sustentável.

13.3. O procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, mostrou-se o mais adequado, considerando a natureza do objeto, a diversidade de produtos e a necessidade de ampla competitividade, em observância aos princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

13.4. O parcelamento do objeto por item foi tecnicamente justificado e permitirá maior abrangência na participação de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, assegurando condições mais vantajosas ao Município e reduzindo riscos de desabastecimento.

13.5. O valor total estimado da contratação, R\$ 288.811,30 (duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e onze reais e trinta centavos), foi apurado com base em pesquisa de mercado no Banco de Preços, refletindo parâmetros compatíveis com os valores praticados no setor público, e demonstrando adequação aos limites orçamentários municipais.

13.6. Ressalta-se, ainda, que a contratação está alinhada ao planejamento municipal da área da saúde, contribuindo diretamente para a eficiência na gestão dos recursos públicos, a



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

continuidade dos atendimentos e a proteção da saúde da população, em conformidade com o dever constitucional do Município de prestar serviços públicos essenciais de forma adequada e ininterrupta.

13.7. Dessa forma, o conjunto de análises constantes deste Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação proposta é oportuna, necessária, vantajosa e devidamente fundamentada, devendo ter prosseguimento com a elaboração do Termo de Referência, o parecer jurídico prévio (art. 53 da Lei nº 14.133/2021) e demais etapas preparatórias que conduzam à realização do procedimento licitatório.

Cândido Rodrigues, 04 de Novembro 2025.

Indiamara Lourenço Rodrigues Lacruz
Secretária Municipal de Saúde